



OS LIMITES DAS CISGENERIDADE EM UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Jonatas Santos Acacio¹

Anderson Lins²

A inquietação que impulsiona este trabalho surge da conjuntura sociopolítica contemporânea, marcada por um discurso recorrente sobre ideologia como um mecanismo de ocultação da verdade. Nesse contexto, a ideologia é frequentemente retratada como uma crença alheia que contrasta e compete com uma suposta “verdade” universal. É a partir dessa perspectiva que a expressão “ideologia de gênero” se apresenta como uma ferramenta discursiva utilizada para sustentar noções de uma “agenda gay” supostamente direcionada à subversão de valores, à destruição das famílias e à erotização indiscriminada. Esses discursos promovem a vigilância, a censura e, em casos extremos, a punição de pessoas e ideias que desafiam normas hegemônicas.

Tal insistência em silenciar debates sobre gênero contribui para a perpetuação do ódio, para a banalização da violência e para o extermínio de corpos e identidades dissidentes. O principal efeito desse silenciamento é a geração de um temor generalizado em relação àquilo que foge às normas. Diante desse cenário, este estudo propõe uma análise que convide ao questionamento da ordem “naturalizada” da vida, desafiando a aparente obviedade de ideias como a suposta evidência do gênero, tendo como principal inquietação a seguinte pergunta: Afinal, pode uma pessoa cisgênero sofrer transfobia?

Adotando uma perspectiva discursiva, por meio das leituras de Pêcheux (1990; 2009) e Orlandi (1990), torna-se essencial assumir uma postura crítica e reflexiva, desconfiando das construções ideológicas hegemônicas, desvelando seus limites e

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Foi bolsista de Iniciação Científica (ICB/UESC) com plano de trabalho docente intitulado "Corpo, gênero e raça: um estudo sobre os limites da cisgeneridade", integra Grupo de Pesquisa Núcleo Unificado em Dissidências, Ensino e Sexualidades (NUDES) - UESC/CNPq e o DTer - Discurso e Tensões Raciais (CNPq/UESC) e atualmente é bolsista do Programa de Iniciação à Docência (CAPES).

² Professor Adjunto de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Letras da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atua no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Vice-líder do grupo de pesquisa Núcleo Unificado em Dissidências, Ensino e Sexualidades (NUDES). Também participa do NEPLEV (Núcleo de Pesquisas em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual) e do DTer (Discurso e Tensões Raciais).

abrindo espaço para novas formas de compreensão e resistência. O conceito de feminilidade como uma performance culturalmente construída revela que os papéis de gênero não são naturais ou imutáveis, mas sim o resultado de práticas sociais repetidas, que podem ser questionadas e reinterpretadas.

[...] o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual "a natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (Butler, 2003, p. 22).

Bourcier (2021) descreve a feminilidade como uma "máscara", ou seja, um comportamento codificado e repetitivo que, quando descontextualizado e reapropriado, evidencia seu caráter construído. Esse entendimento converge com a perspectiva de Judith Butler (2003), que enxerga o gênero como uma categoria performativa, formada e sustentada por atos repetidos e regulados pela cultura.

Afinal, como é possível que uma pessoa cisgênero seja vítima de transfobia, considerando que seu corpo corresponde às normas sociais impostas pela binaridade de gênero? Essa questão desafia as interpretações tradicionais da transfobia, que frequentemente a restringem a padrões biologizantes, como a genitália. No entanto, a resposta é afirmativa: sim, é possível. Para compreender esse fenômeno, é essencial, primeiramente, revisitar o conceito de performatividade de gênero, discutido anteriormente. Em segundo lugar, é necessário reconhecer que a leitura social de um corpo está profundamente enraizada em condições históricas, delimitadas por contextos específicos de tempo e espaço.

Diante disso, o Brasil foi escolhido como foco desta análise, devido ao papel central que a raça desempenha como marcador social de diferença. Esse marcador entrelaça-se com outras discursividades, sendo articulado de forma interseccional (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2018). Tal perspectiva é fundamental para compreender a ocorrência de casos de transfobia vivenciados por mulheres cis, a maioria das quais são mulheres negras. Esses dados demandam atenção especial para a construção de análises que abordem as complexas intersecções entre raça, gênero e violência, contribuindo para um debate mais abrangente sobre as formas contemporâneas de transfobia.

É importante ressaltar que, embora as ofensas não estejam diretamente relacionadas à questão racial, elas não deixam de perpassá-la. São discursos também racializados, como reitera Modesto (2021) ao consolidar o coceito de “discursos racializados”:

[...] os discursos constituídos e formulados nas condições de produção da formação social brasileira ressoam contundentemente questões de raça, classe e gênero, ainda que não produzam ou façam circular imagens de raça, classe e gênero (ou seja, ainda que não sejam discursos de ou sobre). Nesse sentido, se aqui, por um lado, aponto para os efeitos da racialização dos discursos para além da produção e circulação dos discursos que tematizam raça, por outro lado, reforço a necessidade de um compromisso antirracista na mobilização do dispositivo de análise discursiva [...] (Modesto, 2021, p. 2).

Dentro desse processo, a colonialidade de gênero contribui para a compreensão de como a racialização dos corpos passou por um processo de desumanização, o que os fez assemelharem-se aos corpos trans, que historicamente também pertencem a esse (des)lugar. Lugones (2014), em seu artigo *Rumo a um feminismo descolonial*, argumenta que, por muito tempo, a humanidade foi negada aos povos indígenas e aos africanos escravizados nas colônias americanas e caribenhas. Estes eram classificados como uma espécie não humana, "como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens" (Lugones, 2014, p. 936). O mesmo acontecia com hermafroditas, sodomitas, viragos e os colonizados, que eram considerados aberrações da perfeição masculina. Butler (2003), por sua vez, também discute a negação da humanidade, mas dentro das noções de binaridade de gênero:

A marca do gênero parece 'qualificar' os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta 'menino ou menina?' é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece (Butler, 2003, p. 151).

Ambas as autoras convergem para um ponto de encontro: a não-humanidade, que se manifesta nessa intersecção entre raça e gênero. Dessa forma, na construção dos sujeitos negros pós-colonização e escravidão, perpetua-se a visão de que esses sujeitos existem apenas para o prazer. O negro, nesse contexto, é reduzido a objeto de desejo sexual, fruto dessa colonialidade de gênero, que se relaciona ao modo como o patriarcado eurocêntrico foi imposto nas colônias, estabelecendo uma hierarquia em que a mulher branca representa a pureza, enquanto a mulher negra simboliza a depravação. Essa visão perpetuou-se por muitos anos e ainda persiste no imaginário social brasileiro, com a mulher negra sendo associada à

hipersexualidade — com quadris largos, seios volumosos, cintura fina e cabelos longos — o que remete ao estereótipo da "mulher Globeleza". Todas aquelas que não performam essas expectativas raciais impostas ao corpo negro feminino são reduzidas à memória discursiva do masculino. Esse processo, por sua vez, se articula com o corpo trans, que, no imaginário transfóbico, não é considerado feminino o suficiente. Nesse ponto, as mulheres cis negras também sofrem transfobia, sendo colocadas no âmbito do masculino por não corresponderem às expectativas do feminino. Isso torna ainda mais evidente como o gênero é uma construção performática, evidenciando que sexo e gênero sempre foram indissociáveis. O que está em jogo não é a relação cromossômica ou a genitália, mas sim o caráter performático:

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (Butler, 2003, p. 21).

Para ilustrar melhor, apresentarei algumas análises discursivas do vídeo-denúncia da atriz brasileira Vaneza Oliveira, que interpretou a personagem Joana Coelho na série 3%, da Netflix, lançada em 2016, a qual faz parte da construção do corpus da minha pesquisa. Vaneza é uma dessas mulheres negras cisgênero que, por ser magra, ter traços étnicos marcantes e não possuir seios volumosos, quadris largos e cabelos longos — características frequentemente associadas à hipersexualização da mulher negra — foi confundida com uma mulher trans. Por conta dessa confusão, ela sofreu transfobia. Para isso, será apresentada a transcrição completa de seu vídeo-denúncia:

Gente, ontem, no domingo, eu passei por uma situação de violência transfóbica aqui no metrô de São Paulo. É, eu tava indo pra casa da minha mãe, e, como eu tava voltando da casa do meu namorado, não vou justificar o porquê, mas eu tava vestida com uma saia curta, de salto alto e top. Eu sentei de perna cruzada, né, porque eu tava com uma saia curta. Aí, um rapaz — rapaz não, um senhor — sentou na minha frente. Passou algumas estações, ele vira pra mim e fala: "Dá pra você tampar suas partes íntimas, porque tá dando pra ver suas partes íntimas." E aí, ele falou isso bem alto, pra todo mundo, pra me constranger mesmo. E aí, na hora, eu respondi pra ele: "Se você não olhar debaixo da minha saia, você não vai ver nada, é só você não olhar." Enfim, comecei a discutir com ele. E aí, nessa hora, ele grita e fala: "É porque ninguém é obrigado a olhar pro seu pinto, não." Ou seja, ele não viu nada, né, ele só queria me constranger mesmo. Ele queria me constranger por achar que eu era uma mulher trans. Não é a primeira vez que eu sou confundida com uma mulher trans, mas foi a primeira vez que, por ser confundida com uma mulher trans, eu fui violentada. E eu trago esse relato como um desabafo, porque eu tô muito sensibilizada desde ontem, mas também pra que nós, mulheres, nesse mês de março que fala

sobre as nossas lutas, que esse relato seja um exemplo do quanto é importante a gente trazer a luta das mulheres trans pro nosso discurso ativamente. Eu estava performando toda a feminilidade que a sociedade espera, e fui violentada. Qualquer mulher pode passar por isso. Enquanto as mulheres trans não estiverem a salvo, nós não estamos a salvo (Vaneza Oliveira).

Considerando a materialidade e o grande volume da transcrição do vídeo-denúncia, a sequência discursiva escolhida para este trabalho foi a seguinte:

SD

"É porque ninguém é obrigado a olhar pro seu pinto, não. Ou seja, ele não viu nada, né, ele só queria me constranger mesmo."

Essa sequência foi dividida em duas outras, às quais chamarei de SD1 e SD2:

SD1

"É porque ninguém é obrigado a olhar pro seu pinto, não."

SD2

"Ou seja, ele não viu nada, né, ele só queria me constranger mesmo."

Esta análise discursiva evidencia como a linguagem pode ser mobilizada para consolidar e reforçar relações de poder, especialmente no âmbito das questões relacionadas à identidade de gênero e à violência simbólica. Na sequência discursiva "É porque ninguém é obrigado a olhar pro seu pinto, não.", a expressão "É porque" atua como um conector causal, introduzindo uma justificativa que tenta conferir legitimidade ao argumento do agressor. A oração "ninguém é obrigado a olhar" amplia a alegação de forma generalizada, conferindo-lhe um tom de universalidade. Por outro lado, o uso do termo "pro seu pinto" não apenas vulgariza, mas também nega a legitimidade do corpo e da identidade da mulher, posicionando-a fora das normas cisgênero. Ademais, a negação "não" ao final da frase intensifica o tom acusatório e hostil, reforçando o caráter simbólico da violência exercida.

Na segunda parte, "Ou seja, ele não viu nada, né, ele só queria me constranger mesmo", revela-se claramente o que estava por trás da situação. Com a oração "ele não viu nada", Vaneza deixa claro que não houve uma observação real, mas sim uma interpretação distorcida, em que seu corpo foi visto como o de uma mulher trans. A frase final, "ele só queria me constranger mesmo", aponta diretamente para a intenção do agressor: não era sobre o corpo dela, mas sim um ataque direto à sua identidade e dignidade, feito para causar desconforto e humilhação. Dessas análises foi possível formular as seguintes paráfrases:

P1 - Segundo ele, ninguém é forçado a olhar para mim, mas, no fim, ele não viu nada e só queria me constranger.

P2 - Ele alegou que não precisava olhar para a minha genitália, mas não enxergou nada de fato; ele só queria me envergonhar.

Alguns apontamentos são necessários serem feitos com relação as sequências discursivas. A SD1 revela algo muito interessante, que se expressa no batimento entre descrição e interpretação. A primeira está relacionada ao olhar como uma obrigação, como se o corpo da mulher estivesse disponível para uma investigação masculina a todo momento, devendo ser policiado e punido — uma espécie de “polícia do sexo”, assim como Foucault (1988) denomina o poder público no século XVIII: “Polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (Foucault, 1988, p. 27). Além disso, ao afirmar que a Vaneza “tinha um pinto”, o enunciado dá concretude material a sentidos que (se) forjam em/as formações discursivas conservadoras, que trabalham pela indiferenciação entre gênero e genital. Sentidos ainda tão presentes na sociedade em relação ao corpo e à identidade de gênero, associando um pênis ao masculino e uma vagina ao feminino.

Já na SD2, temos o uso de “nada” como uma interpretação distorcida, mas que também pode ser lida como uma forma de anular a genitália — conforme a concepção isomórfica do corpo, tal como Thomas Laqueur (2001) ao tratar a história dos sexos:

Tratando da história dos sexos, Thomas Laqueur (2001) a divide em dois momentos: a concepção isomórfica e a dimórfica de corpo. A primeira, com predominância de antes do século XVIII, supõe que a mulher (cis) e o homem (cis) contemplam o mesmo corpo; a mulher, devido à frieza de seu corpo, não o teria desenvolvido, e seu ‘pênis’ permaneceria para dentro, enquanto que o homem, quente em sua totalidade, haveria se desenvolvido por completo, de forma a exaurir perfeição manifestada pela presença visível do pênis. Observamos o isomorfismo nas descrições dos órgãos sexuais. Enquanto que os testículos e o pênis tinham suas nomenclaturas próprias da época, a vagina e os ovários eram entendidos respectivamente como um pênis invertido e testículos internos. Não havia palavra específica para os órgãos sexuais ‘femininos’. Nos antigos escritos gregos sobre anatomia sexual, utilizava-se a palavra orcheis para se referir tanto a testículos como a ovários, deixando que o contexto delineasse o corpo em questão (Pfeil, 2019, p. 476).

A presente análise demonstrou que a transfobia não se limita exclusivamente às pessoas trans, mas também pode atingir mulheres cisgênero cujas expressões de gênero não correspondem às normas sociais vigentes. O caso de Vaneza Oliveira exemplifica como os discursos de gênero são utilizados para consolidar padrões normativos, ao mesmo tempo que excluem e marginalizam corpos que fogem

dessas convenções. A interseccionalidade entre raça, gênero e performatividade evidencia que transfobia e racismo operam conjuntamente na desumanização de determinados grupos, perpetuando tanto violências simbólicas quanto materiais. Dessa maneira, ao adotar uma abordagem discursiva e interseccional, é possível não apenas questionar as fronteiras da cisgeneridade, mas também expandir o debate sobre as dinâmicas contemporâneas de opressão e os mecanismos de resistência a elas associados.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- BOURCIER, Sam. **Compreender o feminismo**. 1. ed. Salvador: Devires, 2021.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. [Tradução de *Gender trouble*, 1990].
- CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**: Cruzamento: raça e gênero. Brasília, DF: Unifem, 2002.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. v. 1. Rio de Janeiro: Graal, [1969] 1999.
- MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da Abralin**, v.20, n. 2, p. 1-19, 2021.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, [1990] 2009.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Tradução de Eni P.Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993. [Tradução de: *Analyse automatique du discours*, 1969].
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de E. P. Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009. [Tradução de: *Les Vérités de La Palice*, 1975].
- PFEIL, Bruno Latini. Produzindo corpos disfóricos: uma análise dos corpos trans para além de normativas cisgêneras. **Sexualidade & Política: Revista Brasileira de Políticas Públicas LGBTI+**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2019.